

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2014. Estas demonstrações estão compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas de Parecer dos Auditores Independentes PriceWaterhouseCoopers, apenas com parágrafos de ênfase.

Antes de abordar os resultados auferidos, cumpre-nos destacar que os acionistas da Gaspetro deliberaram em 11/06/2014, entre outros assuntos, pela redução de capital da Companhia, sendo R\$ 120 milhões em recursos financeiros e R\$ 7,8 milhões com a transferência da

totalidade das ações da TAG e da Gasmig detidas pela Gaspetro para a sua controladora Petrobras. Assim sendo, os efeitos patrimoniais/contábeis e de resultado da TAG e da Gasmig, reconhecidos na Gaspetro até o período findo em 31 de março de 2014, não serão financeiramente ingressados na Gaspetro.

Sobre o resultado, temos a apresentar que o lucro líquido da Gaspetro (Consolidado) foi de R\$ 1.516 milhão, 12% inferior ao apurado no exercício de 2013 (R\$ 1.716 milhão), em decorrência principalmente da citada transferência de participações e reconhecimento de passivo atuarial na TBG, compensadas em parte pelo aumento das receitas operacionais decorrente da variação cambial sobre tarifa da TBG e menor perda cambial sobre os financiamentos dessa transportadora, bem como pela melhoria das margens médias das distribuidoras e

aumento no volume de distribuição de gás natural principalmente para o segmento termelétrico. Neste novo contexto, as companhias distribuidoras de gás passaram a ter um papel mais representativo na companhia, similar ao segmento de transporte, representado quase que sua totalidade pela TBG.

Também em decorrência desta estruturação societária, que acarretou a permanência da TAG no cômputo do resultado do primeiro trimestre de 2014, foi proposta a constituição de uma Reserva Especial, tendo em vista a ausência de disponibilidades que permitam o pagamento de dividendos pela Gaspetro.

Rio de Janeiro/RJ, 16 Abril de 2015.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado				Controladora					
	Nota	2014	2013	2014	2013	Nota	2014	2013	2014	2013
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8	552	1.480	349	642					
Contas a receber, líquidas	9	286	1.650	187	237					
Imposto de renda e contribuição social		108	246	33	89					
Impostos e contribuições	17.1	3	106	-	-					
Outros ativos circulantes		10	10	3	4					
		<u>959</u>	<u>3.492</u>	<u>572</u>	<u>972</u>					
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Contas a receber, líquidas	9	-	2	261	230					
Depósitos vinculados		5	61	-	-					
Depósitos judiciais	25.2	6	52	3	7					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	60	743	30	49					
Impostos e contribuições	17.1	1	922	-	-					
Adiantamento a fornecedores		-	10	-	-					
Ativo financeiro de concessão	10	42	35	-	-					
Impostos em litígio	25.4	87	-	87	-					
Outros ativos realizáveis a longo prazo		4	4	4	4					
		<u>205</u>	<u>1.829</u>	<u>385</u>	<u>290</u>					
Investimentos	11	1.168	1.510	1.964	9.605					
Imobilizado	12	2.311	26.226	1	1					
Intangível	13	322	330	25	26					
		<u>4.006</u>	<u>29.895</u>	<u>2.375</u>	<u>9.922</u>					
Passivo										
Circulante										
Fornecedores		14	86	294	37	41				
Adiantamento de cliente	16.1.3	62	48	-	-					
Financiamentos		15	56	1.017	-	-				
Imposto de renda e contribuição social			114	254	4	22				
Impostos e contribuições	17.1	38	118	4	3					
Dividendos propostos - acionista da Gaspetro	20.5	258	93	258	93					
Dividendos propostos - acionistas não controladores			71	145	-	-				
Provisão para compensação ambiental	25.1	15	21	15	21					
Outras contas e despesas a pagar		32	44	-	2					
		<u>732</u>	<u>2.034</u>	<u>318</u>	<u>182</u>					
Não circulante										
Adiantamento de cliente	16.1.3	805	767	-	-					
Financiamentos	15	402	19.489	-	-					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	63	42	-	-					
Planos de pensão e saúde	18	23	4	-	-					
Provisão para perdas em investimentos		2	25	2	25					
Provisão para processos judiciais	25.1	35	67	24	54					
Outras contas e despesas a pagar		13	46	-	-					
		<u>1.343</u>	<u>20.440</u>	<u>26</u>	<u>79</u>					
		<u>2.075</u>	<u>22.474</u>	<u>344</u>	<u>261</u>					
Patrimônio líquido	20									
Capital social realizado		561	6.865	561	6.865					
Contribuição adicional de capital		911	911	911	911					
Reserva de capital		1	1	1	1					
Reservas de lucros		1.119	2.783	1.127	2.853					
Ajustes de avaliação patrimonial		3	3	3	3					
		<u>2.595</u>	<u>10.563</u>	<u>2.603</u>	<u>10.633</u>					
Participações dos acionistas não controladores	11.4	295	350	-	-					
		<u>2.890</u>	<u>10.913</u>	<u>2.603</u>	<u>10.633</u>					
		<u>4.965</u>	<u>33.387</u>	<u>2.947</u>	<u>10.894</u>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido	1.646	1.827	1.500	1.662
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	-	6	-	3
Resultado abrangente total	1.646	1.833	1.500	1.665
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Gaspetro	1.516	1.719	1.500	1.665
Acionistas não controladores	130	114	-	-
Resultado abrangente total	1.646	1.833	1.500	1.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	1.516	1.716	1.500	1.662
Ajustes para:				
Resultado dos acionistas não controladores	130	111	-	-
Despesa atuarial de plano de pensão	18	9	-	-
Resultado de participações em investimentos	(251)	(276)	(1.298)	(1.595)
Depreciação e amortização	400	1.135	2	2
Resultado com alienações / baixa de ativos	-	4	-	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	3	3.050	40	27
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	188	(604)	19	4
Redução (Aumento) de ativos	151	(160)	(82)	611
Contas a receber	(120)	(35)	(83)	-
Outros ativos	(26)	(380)	(4)	1
Aumento (Redução) de passivos	49	(56)	23	(19)
Fornecedores	(65)	(4)	(61)	(19)
Impostos e contribuições				
Outros passivos				
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>1.993</u>	<u>4.510</u>	<u>56</u>	<u>674</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	(157)	(501)	(1)	(1)
Dividendos recebidos	922	151	1.178	1.331
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	<u>765</u>	<u>(350)</u>	<u>1.177</u>	<u>1.330</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:				
Amortizações de principal	(205)	(847)	-	-
Amortizações de juros	(400)	(916)	-	-
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(1.406)	(1.421)	(1.406)	(1.421)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	(276)	(190)	-	-
Redução de capital social	(120)	-	(120)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	<u>(2.407)</u>	<u>(3.374)</u>	<u>(1.526)</u>	<u>(1.421)</u>
Reorganização societária (*)	(1.279)	-	-	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(928)	786	(293)	583
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.480	694	642	59
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>552</u>	<u>1.480</u>	<u>349</u>	<u>642</u>

(*) Refere-se ao caixa da controlada TAG transferido para a controladora Petrobras (nota explicativa nº 2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora		
	Nota	2014	2013	2014	2013
Receita de vendas e serviços	21	2.806	7.128	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(878)	(1.882)	-	-
Lucro bruto		1.928	5.246	-	-
Receita de construção da infraestrutura		12	13	-	-
Custo da construção da infraestrutura		(12)	(13)	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		1.928	5.246	-	-
Receitas (despesas)					
Vendas		(8)	(11)	-	-
Gerais e administrativas	23	(155)	(160)	(33)	(30)
Tributárias	23	(35)	(60)	(5)	(26)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	139	148	103	(5)
		<u>(59)</u>	<u>(83)</u>	<u>65</u>	<u>(61)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		1.869	5.163	65	(61)
Resultado financeiro líquido	24	197	(2.991)	208	154
Receitas financeiras		146	139	114	105
Despesas financeiras		(320)	(1.166)	-	-
Variações cambiais e monetárias		371	(1.964)	94	49
Resultado de participações em investimentos	11.2	251	276	1.298	1.595
Participação nos lucros ou resultados	19	(5)	(5)	-	-
Lucro antes dos impostos		2.312	2.443	1.571	1.688
Imposto de renda e contribuição social	17.3	(666)	(616)	(71)	(26)
Lucro líquido		1.646	1.827	1.500	1.662
Atribuível aos:					
Acionistas da Gaspetro		1.516	1.716	1.500	1.662
Acionistas não controladores		130	111	-	-
		<u>1.646</u>	<u>1.827</u>	<u>1.500</u>	<u>1.662</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	20.6	0,38	0,43	0,38	0,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	3.499	8.479	104	1
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	(4)	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	107	440	-	-
	<u>3.606</u>	<u>8.915</u>	<u>104</u>	<u>1</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Produtos para revenda	(259)	(347)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(311)	(772)	(19)	(24)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(61)	(60)	-	-
	<u>(631)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>(19)</u>	<u>(24)</u>
Valor adicionado bruto	2.975	7.736	85	(23)
Retenções				
Depreciação e amortização	(400)	(1.135)	(2)	(2)
Valor adicionado líquido produzido/ (consumido) pela Companhia	<u>2.575</u>	<u>6.601</u>		

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Ajuste de avaliação patrimonial		Reserva de capital		Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		Participação dos acionistas não controladores (IFRS)	Total do patrimônio líquido consolidado (IFRS)		
	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros acumulados	Ativo diferido				
					Legal	de lucros							(CPC)	diferido
Saldos em 01 de janeiro de 2013	6.865	911	-	-	1	360	1.226	959	-	-	10.322	(124)	427	10.625
Dividendos adicionais aprovados								(959)			(959)		(46)	(1.005)
Lucro líquido									1.662		1.662	54	111	1.827
Outros resultados abrangentes				3							3		3	6
Destinações:														
Apropriação do lucro líquido em reservas						83			(83)		-			-
Dividendos								1.184			(1.184)		(145)	(540)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.865	911	3	1	443	1.226	1.184	-	-	-	10.633	(70)	350	10.913
Aumento de capital com reservas	1.669					(443)	(1.226)				-			-
Redução de Capital (*)	(7.973)										(7.973)	46		(7.927)
Dividendos adicionais aprovados								(1.184)			(1.184)		(55)	(1.239)
Lucro líquido									1.500		1.500	16	130	1.646
Destinações:														
Apropriações do lucro líquido em reservas						75		285	767		(1.127)		(65)	(65)
Dividendos									(373)		(373)		(65)	(438)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	561	911	3	1	75	-	285	767	-	-	2.603	(8)	295	2.890
	561	911	3	1	1.127	-	-	-	-	-	2.603	(8)	295	2.890

(*) Inclui a eliminação do ativo diferido líquido da TAG transferido para a controladora Petrobras devido à redução de capital com transferência de ações (nota explicativa nº 2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominadas, em conjunto, "Gaspetro" ou a "Companhia"), tem por objeto desenvolver projetos para ampliação do mercado de gás natural, mediante a produção, o comércio, a importação, a exportação, a armazenagem, o transporte e a distribuição de gás natural de gás liquefeito de petróleo e de gases raros de quaisquer origens; de fertilizantes, suas matérias primas e produtos correlatos; de energia termoeletrica; de sinais de dados, voz e imagem por meio de sistema de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados à tais atividades.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("TBG") e a Gas Brasileiro Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligada) em Companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na nota 11. As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do sistema Petrobras.

2. Reorganização societária

Em 11 de junho de 2014, os acionistas da Gaspetro reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o aumento do capital social de R\$ 1.669, mediante a incorporação da reserva de retenção de lucros e da reserva legal, e a redução de capital, sendo R\$ 120 em recursos financeiros e R\$ 7.853 com a transferência da totalidade das ações da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig detidas pela Gaspetro para a sua controladora Petrobras, avaliadas a valor contábil, na data base de 31 de março de 2014, sendo que todas as variações patrimoniais posteriores a esta data passaram a pertencer à controladora Petrobras.

Assim sendo, os efeitos patrimoniais e de resultado da TAG e da Gasmig estão reconhecidos na Gaspetro, até o período findo em 31 de março de 2014.

Para fins de comparabilidade, apresentamos abaixo as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, desconsiderando os efeitos patrimoniais e de resultado da TAG e Gasmig.

Balanco patrimonial consolidado

	2013		
	Divulgado (*)	Saldo sem o efeito patrimonial da TAG e da TAG e Gasmig	
		Gasmig	Gasmig
Ativo circulante	3.492	(2.170)	1.322
Ativo realizável a longo prazo	1.829	(1.658)	171
Investimentos	1.510	(415)	1.095
Imobilizado	26.226	(23.839)	2.387
Intangível	330	(8)	322
	33.387	(28.090)	5.297
Passivo circulante	2.034	(1.353)	681
Passivo não circulante	20.440	(19.122)	1.318
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	10.563	(7.615)	2.948
Patrimônio líquido atribuível aos não controladores	350	-	350
	33.387	(28.090)	5.297

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Demonstração de resultados consolidados

	2013		
	Divulgado (*)	Saldo sem o efeito do resultado da TAG e da TAG e Gasmig	
		Gasmig	Gasmig
Receita de vendas e serviços	7.128	(4.432)	2.696
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.882)	1.012	(870)
Lucro bruto	5.246	(3.420)	1.826
Receitas (despesas) operacionais	(83)	(86)	(169)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	5.163	(3.506)	1.657
Resultado financeiro líquido	(2.991)	2.824	(167)
Resultado de participações em investimentos	276	(46)	230
Participação nos lucros ou resultados	(5)	-	(5)
Lucro antes dos impostos	2.443	(728)	1.715
Imposto de renda e contribuição social	(616)	120	(496)
Lucro líquido	1.827	(608)	1.219
Atribuível aos:			
Acionistas da Gaspetro	1.716	(608)	1.108
Acionistas não controladores	111	-	111
	1.827	(608)	1.219

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

	2013		
	Divulgado (*)	Saldo sem o efeito patrimonial da TAG e da TAG e Gasmig	
		Gasmig	Gasmig
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	4.510	3.122	1.388
Recursos líquidos gerados pelas/(utilizados nas) atividades investimentos	(350)	(1.295)	945
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(3.374)	(1.208)	(2.166)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	786	619	167
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	694	-	694
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.480	619	861

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

- As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações contábeis individuais

- As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

- Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1). As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 5.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 16 de abril de 2015, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real.

4. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas utilizavam recursos recebidos no âmbito dos contratos que possuem com a Petrobras para realizar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados da Petrobras, entre outros envolvidos. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel, obtendo contratos com a Petrobras e então realizando os pagamentos indevidos. Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também fizeram pagamentos a ex-empregados da Petrobras. A Petrobras contratou dois escritórios independentes de advocacia: o americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados para conduzir uma investigação interna independente no Sistema Petrobras.

As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro. Até o presente momento os processos investigatórios interno e externo não identificaram nenhuma irregularidade na Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de suas controladas. O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas.

As empresas consolidadas são as seguintes:

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante %	
	2014	2013
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	51	51
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG (nota explicativa nº 2)	-	100
Gas Brasileiro Distribuidora S.A.	100	100

Subsidiárias e controladas

Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG (nota explicativa nº 2)
Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

5.1.1 Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2014	2013	2014	2013
Consolidado - IFRS	2.890	10.913	1.646	1.827
Patrimônio de acionistas não controladores	(295)	(350)	(130)	(111)
Despesas diferidas líquidas de IR	8	70	(16)	(54)
Controladora - CPC	2.603	10.633	1.500	1.662

5.2. Instrumentos financeiros

5.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorrerem após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou em recuperação judicial.

5.2.3. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

5.2.4. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

As mudanças de valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período, exceto quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa.

Nas operações envolvendo derivativos designados e qualificados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidos para o resultado quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela ineficaz do hedge é registrada no resultado do período.

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida com o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Em um negócio em conjunto duas ou mais partes têm o controle conjunto, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Os resultados e os ativos e passivos das ligadas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações individuais os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

5.4. Combinação de negócios e goodwill

Aquisições de negócios são reconhecidas pelo método da aquisição quando o controle é obtido. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de *softwares* e ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é apresentado no investimento.

5.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para garantir a neutralidade na determinação do lucro tributável com a adoção dos IFRS. Em razão da lei 12.973/14, que revoga o RTT, a Companhia, como não optante das proposições contidas na lei para o exercício de 2014, mantém as disposições relativas ao RTT para o exercício corrente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre o valor contábil do ativo ou passivo e sua base fiscal, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável. Os reconhecimentos no ativo são realizados na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

5.11. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidas quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A Companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

5.12 Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 6% do valor do patrimônio líquido da ação, participando, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas de lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos, quando os mesmos forem superiores ao percentual mínimo de 6%. A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

5.13 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

5.14 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras

e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

Essas estimativas incluem: impostos e contribuições a recuperar de PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado, passivos de planos de pensão, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais, provisão para passivos ambientais, provisão para crédito de liquidação duvidosa e imposto de renda e contribuição social.

7. Novas normas e interpretações

a) IASB - International Accounting Standards Board

Durante o exercício de 2014, a seguinte norma emitida pelo IASB entrou em vigor, e não impactou materialmente as demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRIC 21 - "Tributos". A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que especifica quando uma entidade deve reconhecer um tributo a pagar para o governo (exceto imposto de renda). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a obrigação de pagar o tributo é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento do tributo. As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	1º de janeiro de 2016
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2017
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. Institui novos requisitos relacionados a contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

b) Legislação tributária

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias:

- Revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

- Regulamentou o tratamento dos efeitos da adoção das normas contábeis internacionais (IFRS) na apuração dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, exceto os arts. 3º, 72 a 75 e 93 a 119, que entraram em vigor na data de sua publicação.

A regulamentação desta Lei se deu por intermédio da Instrução Normativa nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia optou pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 da Lei nº 12.973/2014, referentes à adoção do novo regime tributário, em substituição ao RTT, a partir do exercício de 2015. Dessa forma, não houve impactos nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2014. Adicionalmente, não são esperados efeitos relevantes em relação à incidência tributária e nem impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, a partir da aplicação dessa legislação para o exercício de 2015.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	-	6	-	5
Aplicações financeiras de curto prazo				
Fundos de investimentos financeiros	552	1.472	349	635
Outros fundos de investimentos	-	2	-	2
	552	1.480	349	642

As aplicações financeiras são representadas, basicamente, por fundos de investimentos, cujos recursos estão aplicados em quotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC - NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo do sistema Petrobras, o qual detém as cotas subordinadas deste fundo. A taxa média de rentabilidade das aplicações no FIDC-NP foi de 10,81% aa (8,05% em 2013).

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado às instituições financeiras está divulgada na nota explicativa 26.

9. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Clientes				
Terceiros	91	60	9	-
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	205	1.603	439	467
	296	1.663	448	467
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(10)	(11)	-	-
	286	1.652	448	467

Circulante

Não circulante

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado às instituições financeiras está divulgada na nota explicativa 26.

10. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2014	2013
Ativo não circulante		
Servidão de passagem	11	9
Terrenos	1	1
Redes	28	23
Edificações	1	1
Estações	1	1
	42	35

Trata-se de ativos que serão revertidos para o poder concedente, mediante reembolso, ao final do contrato de concessão pelos valores residuais contábeis.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos em subsidiárias, controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (Controladora)

	% de Participação		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (*)
	direta da Gaspetro	% no Capital votante		
Subsidiárias e controladas				
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (1)	51,00%	51,00%	602	264
Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (1)	100,00%	100,00%	480	43
Empreendimentos controlados em conjunto (*)				
Gás de Alagoas S.A. – ALGAS (2)	41,50%	24,50%	60	14
Companhia de Gás da Bahia – BAHAGAS (1)	41,50%	24,50%	490	131
Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS (2)	32,00%	21,00%	1	-
CEG RIO S.A. (1)	37,41%	26,19%	293	111
Companhia de Gás do Ceará – CEGAS (2)	41,50%	24,50%	127	33
Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS (1)	24,50%	24,50%	294	60
Companhia de Gás do Amapá – GASAP (2)	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Maranhense de Gás – GASMAR (2)	23,50%	21,00%	16	20
Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA (2)	37,25%	24,50%	5	(1)
Agência Goiânia de Gás Canalizado – GOIASGAS (2)	30,46%	19,50%	1	-
Companhia Paraibana de Gás – PBGAS (2)	41,50%	24,50%	63	7
Companhia Potiguar de Gás – POTIGAS (2)	83,00%	49,00%	55	8
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGAS (2)	49,00%	49,00%	25	6
Companhia Rondoniense de Gás – RONGAS (2)	41,50%	24,50%	(1)	(1)
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGAS (1)	41,00%	23,00%	258	45
Empresa Sergipana de Gás – SERGAS (2)	41,50%	24,50%	41	6
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (1)	41,50%	24,50%	216	32
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGAS (1)	49,00%	49,00%	138	56
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda. (2)	40,00%	40,00%	70	7
TMN Transportadora S.A. (2)	45,00%	50,00%	14	-
TNG Participações Ltda. (2)	50,00%	50,00%	-	-
Coligada (*)				
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB (2)	25,00%	25,00%	25	4

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Gaspetro, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses findo em 30 de novembro de 2014.

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600. (2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentaram opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2014.

11.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Resultado de participação		Reorganização societária	Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	em investidas		
Subsidiárias e controladas				
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. TBG	365	135	(192)	-
Transportadora Associada de Gás S.A. TAG (c)	7.261	872	(707)	(7.426)
Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a)	461	42	(23)	-
Empreendimentos controlados em conjunto				
Companhia de Gás da Bahia BAHAGAS (a)	206	60	(53)	-
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul SULGAS (a)	66	30	(23)	-
Companhia de Gás de Minas Gerais GASMIG (c)	362	12	-	(374)
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGAS (a)	107	22	(5)	-
Outras participações (a)	477	124	(82)	-
Coligada				
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. TSB	6	1	(1)	-
Total	9.311	1.298	(1.086)	1.723

Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligada 1.723 9.311
Investimento na Gás Transboliviano S.A. - GTB, avaliado por equivalência patrimonial até o exercício de 2007 25 25

Ágio 216 269
Total dos investimentos 1.964 9.605

(a) O saldo inicial inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 38 do IAS 31 e seu correspondente CPC 19 (R1).

(b) Participações transferidas para a Petroleo Brasileiro S.A. (nota explicativa nº 2).

11.3. Informações sobre as controladas

• Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG - Constituída em 18 de abril de 1997, tem por objeto social a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, no lado brasileiro, e as atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica.

• Gas Brasileiro Distribuidora S.A. - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Gas Brasileiro, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da Gas Brasileiro.

11.4. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 295, que são atribuíveis aos acionistas não controladores da Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.. A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:

	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.	
	2014	2013
Ativo circulante	145	177
Ativo realizável a longo prazo	1	22
Imobilizado	1.130	1.167
Outros ativos não circulantes	5	2
	1.281	1.368
Passivo circulante	219	308
Passivo não circulante	767	710
Patrimônio líquido	295	350
	1.281	1.368
Receita operacional líquida	510	660
Lucro líquido do exercício	130	111
Caixa e equivalentes de caixa gerado no exercício	45	56

11.5. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2014	
	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas
Ativo circulante	1.859	6
Ativo realizável a longo prazo	279	-
Imobilizado	61	19
Intangível	1.691	1
Outros ativos não circulantes	2	-
	3.892	26

	2014	
	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas
Passivo circulante	1.487	1
Passivo não circulante	237	-
Patrimônio líquido	2.168	25
	3.892	26
Receita operacional líquida	9.180	8
Lucro líquido do exercício	532	4
Percentual de Participação -%	23,5% a 83%	25%

12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora	
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Gasodutos e equip. transp.	Ativos em cons-trução	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	227	9	2.410	23.474	800	26.920
Adições	-	-	-	1	488	489
Baixas	-	-	-	-	(4)	(4)
Transferências (*)	3	4	114	446	(627)	(60)
Depreciação	(12)	2	(151)	(958)	-	(1.119)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	218	15	2.373	22.963	657	26.226
Custo	258	705	4.330	26.187	657	32.137
Depreciação acumulada	(40)	(690)	(1.957)	(3.224)	-	(5.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	218	15	2.373	22.963	657	26.226
Adições	-	1	-	-	144	145
Reorganização societária (**)	(205)	(2)	-	(22.847)	(652)	(23.706)
Transferências (*)	-	52	-	105	(128)	29
Depreciação	(4)	(2)	(156)	(221)	-	(383)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9	64	2.217	-	21	2.311
Custo	17	96	4.330	-	21	4.464
Depreciação acumulada	(8)	(32)	(2.113)	-	-	(2.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9	64	2.217	-	21	2.311
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	4 a 25	10 a 20	30	até 30		
	(exceto terrenos)					

(*) Inclui transferências para outras contas patrimoniais.

(**) Inclui a transferência do imobilizado da TAG para a controladora Petrobras devido à redução de capital com transferência de ações (nota explicativa nº 2).

13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			Controladora	
	Direitos e concessão de gás (a2)	Software	Total	Concessão de gás (a1)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	337	4	341	28	28
Adições	11	-	11	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	(9)	3	(6)	-	-
Amortização	(15)	(1)	(16)	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	324	6	330	26	26
Custo	407	27	434	31	31
Amortização acumulada	(83)	(21)	(104)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	324	6	330	26	26
Adições	11	-	11	-	-
Reorganização societária (*)	(6)	(1)	(7)	-	-
Transferências	(4)	9	5	-	-
Amortização	(15)	(2)	(17)	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	310	12	322	25	25
Custo	408	35	443	31	31
Amortização acumulada	(98)	(23)	(121)	(6)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	310	12	322	25	25
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 30	5			

(*) Inclui a transferência do intangível da TAG para a controladora Petrobras devido à redução de capital com transferência de ações (nota explicativa nº 2).

(a.1) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(a.2) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da Gas Brasileiro, reembolsados pelo Poder Concedente no final do período de concessão (nota explicativa nº 12.2).

13.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a Gas Brasileiro e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos de 30 ou 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos Contratos de Concessão.

A receita do serviço de distribuição é reconhecida no período no qual este é prestado pelas distribuidoras de gás, detentoras dos contratos de concessão. As distribuidoras prestam apenas o serviço de distribuição de gás natural definido em um contrato de concessão de serviços, logo, a remuneração recebida é alocada a este único serviço de distribuição de gás natural.

A receita do serviço de construção de infraestrutura ou sua melhoria não é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, tendo em vista o entendimento da administração sobre a inexistência deste serviço, a natureza de um contrato ainda a ser executado, a falta de previsão deste serviço como fonte de receita no contrato de concessão e a ausência de qualquer especificação do bem a ser construído.

Em atendimento ao ICPC 01, a receita e custo de construção da Gas Brasileiro estão sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício pelos valores incorridos para a construção da infraestrutura.

O custo de construção adicionado ao intangível em 2014 foi de R\$ 12 (R\$ 13 em 2013) e refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da Gas Brasileiro, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado.

O Poder Concedente não fornecerá pagamentos mínimos para cada ano de operação da infraestrutura de gasodutos ou no final dos prazos pactuados. Ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extingui-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

14. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo circulante				
Terceiros				
Pais	26	80	1	2
Exterior	-	3	-	-
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	60	211	36	39
	86	294	37	41

15. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total
Não Circulante				
No país				
Saldo em 1º de janeiro de 2013	12.529	-	602	13.131
Juros incorridos no exercício	5	-	48	53
Amortização de Principal	(771)	-	-	(771)
Amortização de Juros	-	-	(48)	(48)
Variações monetárias e cambiais	1.098	-	-	1.098
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(37)	-	-	(37)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	12.824	-	602	13.426
No exterior				
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	3.262	389	3.651
Juros incorridos no exercício	-	108	-	108
Variações monetárias e cambiais	-	717	58	775
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	1.576	(47)	1.529
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	-	5.663	400	6.063
Saldo total em 31 de dezembro de 2013	12.824	5.663	1.002	19.489
Não Circulante				
No país				
Saldo em 1º de janeiro de 2014	12.824	-	602	13.426
Juros incorridos no exercício	1	-	15	16
Amortização de Principal	(158)	-	-	(158)
Amortização de Juros	-	-	(15)	(15)
Variações monetárias e cambiais	(289)	-	-	(289)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	9	-	-	9
Reorganização societária (nota explicativa nº 2)	(12.387)	-	(602)	(12.989)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-
No exterior				
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	5.663	400	6.063
Juros incorridos no exercício	-	28	-	28
Variações monetárias e cambiais	-	(193)	49	(144)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	-	-	(47)	(47)

16. Partes relacionadas

16.1. Transações comerciais e outras operações

As operações comerciais da Companhia com a Petrobras e demais empresas do sistema Petrobras são efetuadas a preços e condições normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, não eram esperadas perdas na realização das contas a receber.

	Consolidado						Controladora								
	Petrobras	Transpetro	NTN	NTS	Outras(*)	Total	2014	2013	Petrobras	TBG	TAG	Outras(*)	Total	2014	2013
Resultado															
Receita de vendas e serviços	2.938	-	-	-	4	2.942	7.935	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com aluguel de equipamentos e serviços de operação de gasodutos	(24)	(57)	-	-	-	(81)	(332)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	(103)	-	-	-	7	(96)	(106)	(41)	52	22	-	-	33	42	
Receitas (despesas) financeiras líquidas	37	-	(6)	(9)	-	22	(12)	37	35	-	-	-	72	79	
	2.848	(57)	(6)	(9)	11	2.787	7.485	(4)	87	22	-	-	105	121	
Ativo															
Circulante															
Contas a receber, principalmente por transporte de gás natural (a)	169	-	-	-	-	169	1.565	39	2	3	-	-	44	44	
Dividendos a receber	-	-	-	-	36	36	38	-	74	-	56	-	130	189	
Encargos sobre empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4	4	
	169	-	-	-	36	205	1.603	39	80	3	56	-	178	237	
Não circulante															
Empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	261	-	-	-	261	230	
	169	-	-	-	36	205	1.603	39	341	3	56	-	439	467	
Passivo															
Circulante															
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (c)	62	-	-	-	-	62	48	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores vinculados a repasse de gastos	34	-	-	-	-	34	37	34	-	-	-	-	34	37	
Fornecedores vinculados a fornecimento de gás natural	24	-	-	-	-	24	18	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores vinculados à construção de gasodutos (d)	-	-	-	-	-	-	134	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores vinculados à operação de gasodutos	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos propostos	258	-	-	-	-	258	93	258	-	-	-	-	258	93	
Outras contas a pagar - cessão faixa de servidão	2	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	
Outras contas a pagar - pessoal cedido	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	2	
	380	-	-	-	-	380	352	292	2	-	-	-	294	132	
Não circulante															
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (c)	805	-	-	-	-	805	767	-	-	-	-	-	-	-	
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	602	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Contas a pagar - cessão faixa de servidão	12	-	-	-	-	12	14	-	-	-	-	-	-	-	
	817	-	-	-	-	817	1.383	-	-	-	-	-	-	-	
	1.197	-	-	-	-	1.197	1.735	292	2	-	-	-	294	132	

(a) O valor relacionado à Petrobras refere-se principalmente às operações de transporte de gás natural canalizado.

(b) O valor a receber da TBG (empréstimo "sub-loan") é remunerado com base na variação cambial do Dólar norte-americano mais juros de 15% a.a., capitalizados anualmente.

(c) Nos contratos em dólares norte-americanos, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com "spreads" de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos contratos em ienes, os prazos são de 12 anos a taxas variáveis.

(d) Os valores são remunerados com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 15% a.a. capitalizados anualmente.

(*) Inclui empreendimentos controlados em conjunto.

As principais operações realizadas com as controladas referem-se a contas a pagar à Petrobras, decorrentes de repasse de gastos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, acrescidas de encargos financeiros compatíveis com os de mercado para operações semelhantes; adiantamentos efetuados pela Petrobras referentes ao contrato de compra antecipada de capacidade de transporte (TCO) e que se destinaram ao financiamento da construção do gasoduto, sujeitos à atualização com base na taxa do dólar norte-americano; serviços de engenharia cobrados à TAG (contratos de CMA) para gerenciamento das obras; contas a receber relacionado aos contratos de transporte de gás (GTA); e financiamentos firmados entre a controladora da Gaspetro e instituições financeiras para aquisição de materiais e equipamentos, repassados à TBG mediante contratos e nas mesmas condições contratadas.

As operações comerciais envolvendo o transporte e a venda de gás natural entre a controladora da Gaspetro e as transportadoras e as distribuidoras de gás natural canalizado, controladas da Gaspetro, respectivamente, são realizadas com base nos valores de mercado, semelhantes às realizadas com as demais companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado do país.

Quanto ao relacionamento da TBG com a controladora da Gaspetro, que envolve transações comerciais

Reorganização societária (nota explicativa nº 2)

Saldo final em 31 de dezembro de 2014

Saldo total em 31 de dezembro de 2014

Circulante

Endividamento de Curto Prazo

Parcela Circulante do Endividamento de Longo Prazo

Juros Provisionados

15.1 Informações sumarizadas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

	Consolidado					Total
	1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	5 anos em diante	
Vencimento em:						
Financiamentos em Dólares (US\$):						
Indexados a taxas flutuantes	4	15	16	259	-	294
Indexados a taxas fixas	51	37	38	38	-	164
Taxa média dos financiamentos em Dólares	9.51%	9.51%	9.51%	9.51%	-	-
Total em 31 de dezembro de 2014	55	52	54	297	-	458
Total em 31 de dezembro de 2013	3.062	1.077	1.349	1.564	13.454	20.506

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variação cambial é apresentada na nota explicativa 24.

15.2. Garantias

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos com cláusulas de "Ship-or-Pay" de longo prazo. Pela especificidade do empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica dos investimentos realizados.

16.1.1. Efeito cambial sobre a tarifa da TBG

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2014 foi apurado o montante de R\$ 10 a ser recuperado, em 2015, via aumento de tarifa (em 2013 foi apurado o montante de R\$ 63, recuperado em 2014 via aumento de tarifa).

16.1.2. Adiantamentos recebidos pela TBG da Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

16.1.3. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 01 de abril de 2014. Foi deliberada a fixação

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

do montante global de R\$ 431 mil válida para o período compreendido entre abril de 2014 e março de 2015.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

16.1.4. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 01 de abril de 2014. Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 431 mil válida para o período compreendido entre abril de 2014 e março de 2015.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

16.2. Garantias concedidas

A Gaspetro firmou, em 12 de junho de 2008 e em 17 de maio de 2010, com sua controladora Petrobras e com a Transpetro, respectivamente, contratos de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 04/2001 e 284/2003) até o limite de R\$ 10.951 (R\$ 12.355 em 2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (REPETRO).

A Petrobras e a Transpetro, respectivamente, remuneraram a Gaspetro o valor equivalente a 0,30% (trinta centésimos de cento) e 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos de cento) ao ano *pro-rata* ao final de cada ano, sob o montante de tributos suspensos. No exercício de 2014 foi auferida a receita de R\$ 37 (R\$ 35 em 2013).

As garantias concedidas realizadas pela Gaspetro apresentam os

17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora	
	Imobilizado / Intangível	Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Outros	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2013	(195)	822	30	2	42	701	49
Reconhecido no resultado do período	(5)	(165)	(12)		(6)	(188)	-
Reorganização societária (nota explicativa nº 2)	236	(697)	(1)		(54)	(516)	-
Em 31 de dezembro de 2014	36	(40)	17	2	(18)	(3)	30
Impostos diferidos ativos						1.028	60
Impostos diferidos passivos						(327)	(11)
Em 31 de dezembro de 2013						701	49
Impostos diferidos ativos						59	30
Impostos diferidos passivos						(62)	-
Em 31 de dezembro de 2014						(3)	30

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2015	16	6	7	7
2016 em diante	44	57	23	23
	60	63	30	30

17.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes dos impostos	2.312	2.443	1.571	1.688
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(786)	(831)	(534)	(574)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	(21)	(5)	(21)	(5)
Incentivos fiscais	8	51	-	-
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	48	75	43	11
Participação em controladas e coligadas	85	94	441	542
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(666)	(616)	(71)	(26)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(188)	604	(19)	(4)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(478)	(1.220)	(52)	(22)
	(666)	(616)	(71)	(26)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	28,81%	25,21%	4,52%	1,54%

18. Benefícios pós-emprego

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	7	4
Plano de Saúde AMS	16	-
	23	4

18.1. Plano Petros 2

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. A partir de 1º de agosto de 2009 a TBG implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2014, a contribuição da TBG para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 6 (R\$ 9 em 2013).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2015 é de R\$ 3, referente a parcela de contribuição definida.

seguintes saldos a liquidar:

	2014	2013
2014	-	1.404
2015	220	220
2016	3.026	3.026
2017	1.945	1.945
2018	295	295
2019	516	516
2020 em diante	4.949	4.949
	10.951	12.355

17. Tributos

17.1. Impostos e contribuições

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
ICMS	-	29	-	-
PIS/COFINS	-	67	-	-
Outros impostos	3	10	-	-
	3	106	-	-
Ativo não circulante				
ICMS	1	14	-	-
PIS/COFINS	-	908	-	-
	1	922	-	-
Passivo circulante				
ICMS	10	86	-	-
PIS/COFINS	18	10	4	3
Outros impostos	10	22	-	-
	38	118	4	3

19. Participação nos lucros ou resultados

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2014 é de 41,8 anos.

19. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado da Petrobras antes da participação de empregados e administradores e do resultado atribuível aos acionistas não controladores.

No exercício de 2014, a Companhia, fundamentada nas premissas sob referência, provisionou R\$ 5 de PLR (R\$ 5 em 2013).

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2013 o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 6.865 está representado por 3.973.689 ações sendo 3.179.660 ações ordinárias, 7.100 ações preferenciais classe "A" e 786.929 ações preferenciais classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 11 de junho de 2014, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral aprovaram o aumento do capital de R\$ 1.669 e a redução do capital de R\$ 9.793, sem emissão de novas ações e cancelamento de ações existentes.

Em 31 de dezembro de 2014 o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 561 está representado por 3.973.689 ações sendo 3.179.660 ações ordinárias, 7.100 ações preferenciais classe "A" e 786.929 ações preferenciais classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

20.2. Contribuição adicional de capital

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

20.3. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

20.4. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente na atividade de distribuição de gás natural e expansão da malha de gasodutos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração da Companhia irá propor a capitalização do saldo da reserva, de modo a cumprir o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

20.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

As ações preferenciais de classes "A" e "B" têm prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre o valor nominal da ação, participando, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2014, que está sendo encaminhado pela administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2015, no montante de R\$ 658, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício (Controladora)	1.500	1.662
Apropriação:		
Reserva legal	(75)	(83)
Lucro líquido para determinação do dividendo	1.425	1.579
Dividendos propostos, equivalente a 25% do lucro líquido - R\$ 89,65 por ação ordinária e preferencial composto de:		
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	115	302
Dividendos	258	93
Dividendos mínimos obrigatórios	373	395
Dividendos adicional proposto - R\$ 71,58 por ação ordinária e preferencial	285	1.184
Total de dividendos propostos	658	1.579
Menos:		
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente	(115)	(302)
Saldo de dividendos propostos	543	1.277
Dividendos propostos	373	93
Reserva especial (nota explicativa nº 20.4-c)	767	-
Dividendo adicional proposto	285	1.184
	1.425	1.277

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 658, incluem juros sobre o capital próprio no total de R\$ 115, aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2014, e pago em 11 de dezembro de 2014.

Os juros sobre o capital próprio distribuídos antecipadamente em 2014 serão descontados dos dividendos propostos para este exercício. O saldo de dividendos propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2014 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, e contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 39 (R\$ 102 em 2013).

20.6. Lucro por ação

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	1.516	1.716	1.500	1.662
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	3.973.689	3.973.689	3.973.689	3.973.689
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	0,38	0,43	0,38	0,42

21. Receita de vendas e serviços

	Consolidado	
	2014	2013
Receita bruta de vendas	418	397
Encargos de vendas	(89)	(84)
Receita de vendas	329	313
Receita bruta de serviços	2.939	7.932
Encargos sobre serviços	(462)	(1.117)
Receita de serviços	2.477	6.815
Receita de vendas e serviços	2.806	7.128

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	85	(3)	85	(3)
Subvenções e assistências governamentais	37	148	-	-
Dividendos recebidos (GTB)	19	-	19	-
Outros	(2)	3	(1)	(2)
	139	148	103	(5)

23. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Gastos com pessoal	142	143	11	8
Depreciação e amortização	400	1.135	2	2
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	218	234	18	18
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	40	165	2	2
Operação e manutenção	193	360	-	-
Tributárias	35	60	5	26
Outros	40	5	-	-
	1.068	2.102	38	56
Custo dos produtos e serviços prestados	878	1.882	-	-
Gerais e administrativas	155	160	33	30
Tributárias	35	60	5	26
	1.068	2.102	38	56

24. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Variações cambiais e monetárias				
s/ endividamento líquido	304	(1.995)	63	9
Despesa com endividamentos	(274)	(1.077)	-	-
Receita com aplicações financeiras	103	95	42	25
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	133	(2.977)	105	34
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(3)	(45)	72	80
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	67	31	31	40
Resultado financeiro líquido	197	(2.991)	208	154
Receitas financeiras	146	139	114	105
Despesas financeiras	(320)	(1.166)	-	-
Variações cambiais e monetárias, líquidas	371	(1.964)	94	49

25. Processos judiciais, contingências e impostos em litígio

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da administração.

Em abril de 2015 a Companhia foi acionada judicialmente para a realização de depósito judicial em decorrência do processo vinculado à Marítima/UKGB no valor de R\$ 28.

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, além dos

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

depósitos judiciais, são apresentados a seguir:

25.1. Processos judiciais provisionados e compensação ambiental
A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Dentre as quais, as principais são referentes à recuperação do terreno utilizado pela ICC (Indústria Carboquímica Catarinense S/A), em Criciúma/SC, e à ação indenizatória sobre rescisão judicial vinculada à Marítima/UKGB. Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo circulante				
Provisão para compensação ambiental	15	21	15	21
	<u>15</u>	<u>21</u>	<u>15</u>	<u>21</u>

Passivo não circulante

Processos judiciais provisionados

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas	1	1	-	-
Fiscais	2	3	-	-
Cíveis	24	54	24	54
Outros	8	9	-	-
	<u>35</u>	<u>67</u>	<u>24</u>	<u>54</u>
	<u>50</u>	<u>88</u>	<u>39</u>	<u>75</u>
Saldo inicial	<u>88</u>	<u>105</u>	<u>75</u>	<u>90</u>
Adições (Baixas), líquidas	(30)	-	(30)	-
Utilização para pagamentos	(6)	(15)	(6)	(15)
Outros	(2)	(2)	-	-
Saldo final	<u>50</u>	<u>88</u>	<u>39</u>	<u>75</u>

25.2 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Ativo não circulante				
Processos trabalhistas	1	1	1	1
Processos fiscais	2	47	2	2
Processos cíveis	3	4	-	4
	<u>6</u>	<u>52</u>	<u>3</u>	<u>7</u>

25.3. Processos judiciais não provisionados - Consolidado

Natureza	Consolidado		Estimativa	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais				30
Cíveis				345
Trabalhistas				2
				<u>377</u>

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

a) Processos de natureza cível

Descrição do processo de natureza cível

Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.

1) Indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
Situação atual: Efetuado pagamento dos honorários periciais pelas partes. Aguardando finalização dos trabalhos periciais. 120

Autor: Ação coletiva, proposta por 167 autores

2) Indenização em decorrência do acidente ocorrido em novembro/2008 na Região de Gaspar - SC
Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, onde a Companhia obteve ganho em 1º instância. 100

Autor: Mendes Junior Trading e Engenharia Ltda

3) Indenização por conta de prejuízos na execução de serviços contratados.
Situação atual: Solicitado pela TBG esclarecimentos ao laudo pericial. Aguardando manifestação do perito. 58
Total de processos de natureza cível 278

25.4. Impostos em litígio

25.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Gaspetro ajuizou ação ordinária contra a União, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PASEP incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS, compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 87, relativo à citada ação, está refletido nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

26.1. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não efetuaram aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e à orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	552	1.480	349	642
Contas a receber, líquidas	286	1.650	187	237
	<u>838</u>	<u>3.130</u>	<u>536</u>	<u>879</u>

Não circulante

Contas a receber, líquidas	-	2	261	230
Adiantamento a fornecedores	-	10	-	-
Depósitos vinculados	5	61	-	-
Ativo financeiro	42	35	-	-
	<u>47</u>	<u>108</u>	<u>261</u>	<u>230</u>
	<u>885</u>	<u>3.238</u>	<u>797</u>	<u>1.109</u>

Passivo

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
Financiamentos	56	1.017	-	-
Fornecedores	86	294	37	41
Adiantamento de cliente	62	48	-	-
	<u>204</u>	<u>1.359</u>	<u>37</u>	<u>41</u>

Não circulante

Financiamentos	402	19.489	-	-
Adiantamento de cliente	805	767	-	-
	<u>1.207</u>	<u>20.256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.411</u>	<u>21.615</u>	<u>37</u>	<u>41</u>

26.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

26.3. Gerenciamento dos Riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

26.4. Risco de Mercado

26.4.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da TBG em 31 de dezembro de 2014 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado a seguir, cujos saldos estão valorizados pela taxa de fechamento de 2,6562:

		<u>2014</u>
Com instituições financeiras, em dólar norte-americano - TBG		203
Com os demais acionistas, em dólar norte-americano - TBG		255
		<u>458</u>

Na TBG os adiantamentos recebidos da Petrobras por conta de capacidade de transporte, cujo saldo em 2014 era de R\$ 871 (R\$ 832 em 2013), não foram considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

As receitas de serviços de transporte da TBG são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial natural ao longo prazo. Para os compromissos de curto prazo, a TBG tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos cambiais atrelados à variação do dólar norte-americano.

a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

	Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	Em 31.12.2014		
Financiamentos (Dólar norte-americano)	458	115	229

26.4.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

Na TBG, os empréstimos e financiamentos foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis para reduzir os efeitos das flutuações nas taxas de juros. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências de crédito à exportação que, historicamente, têm volatilidade menor que as taxas de mercado, conforme se segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Total com taxas fixas	189	
Total com taxas variáveis	269	
	<u>458</u>	

26.5. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes em operações de "Take or Pay", que são pagamentos antecipados efetuados pelas Distribuidoras pela retirada a menor do volume de gás natural contratado junto ao fornecedor. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

26.6. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

27. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 2014, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

HUGO REPSOLD JUNIOR
Presidente

ANGÉLICA GARCIA COBAS LAUREANO
Conselheira

IVAN DE SOUZA MONTEIRO
Conselheiro

JORGE CELESTINO GOMES
Conselheiro

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ANGÉLICA GARCIA COBAS LAUREANO
Presidente

FATIMA VALÉRIA ARAUJO BARROSO PEREIRA
Diretora

RENATO DE ANDRADE COSTA
Diretor

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO
Contador
CRC-RJ-089192/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis, da Controladora e Consolidada, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais, foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 16 de abril de 2015, e foram aprovadas na 712ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de abril de 2015. 2. Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 1.500.000.849,92 (um bilhão, quinhentos milhões, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), a Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas: i. Reserva Legal (art. 193 da

Lei 6.404/76), constituída à razão de 5% - R\$ 75.000.042,50 (setenta e cinco milhões, quarenta e dois reais e cinquenta centavos); ii. Reserva Especial (art. 202 da Lei 6.404/76), no montante de R\$ 767.000.000,00 (setecentos e sessenta e sete milhões de reais); iii. Dividendos no montante de R\$ 658.000.807,42 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e sete reais e quarenta e dois centavos), estando incluídos nesse valor R\$ 115.500.000,00 (cento e quinze milhões e quinhentos mil reais), a título de Juros sobre o Capital Próprio antecipados do exercício de 2014, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Gaspetro realizada em 09 de dezembro de 2014, os quais já foram pagos em 30 de dezembro de 2014, resultando no saldo remanescente a pagar de R\$ 542.500.807,42 (quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos mil, oitocentos e sete reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 258.075.201,86 (duzentos e cinquenta e oito milhões, setenta e cinco mil, duzentos e um reais e oitenta e seis centavos) a título de dividendos mínimos obrigatórios, líquidos de imposto de renda na fonte, e R\$ 284.425.605,56 (duzentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos) a título de dividendos adicionais, que deverão ser quitados pela Gaspetro até o final do exercício de 2015, de acordo com a disponibilidade de caixa da companhia, atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC diária a partir de 31 de dezembro de 2014, até a data do efetivo pagamento. 3. O Conselho Fiscal tomou conhecimento sobre a proposta da Administração de constituição da Reserva Especial, bem como da

seu consequente capitalização, e analisou a situação financeira da companhia, concluindo, com base nos demonstrativos contábeis de 2014 e na projeção de caixa apresentada pela Companhia para o exercício social de 2015, que a Gaspetro não disporia de recursos financeiros para distribuir todo o lucro auferido em 2014. 4. Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, a opinião emitida, sem ressalvas, pelos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers, as informações prestadas pelos integrantes da Administração da Empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posições patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro em 31 de dezembro de 2014, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou que o Relatório Anual de Atividades da Administração, as Demonstrações Contábeis, a proposta de constituição da Reserva Especial, bem como a proposta de aumento de capital proveniente do saldo desta reserva, estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2015.
Hubert Georg Deieri
Presidente
Elisabete Penha Maia
Conselheira
Manuel Augusto Alves Silva
Conselheiro
Siddharta Pereira Pinto
Conselheiro

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Administrador e Acionista
 Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos, também, as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Gás S.A. -Gaspetro, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a manutenção do diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos atenção para a Nota 4 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Chamamos a atenção para a Nota 1 e 16 às demonstrações contábeis, que descreve que as operações da Sociedade são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Christiano Augusto Bezele dos Santos

Contador CRC 1SP216266/O-7 “S” RJ